

Comissão quer auditoria no Fundo Social de Emergência



Lobão

A Comissão de Fiscalização e Controle do Senado (CFC), presidida pelo senador Edison Lobão (PFL-MA), aprovou, na manhã de ontem, requerimento solicitando providências ao Tribunal de Contas da União no sentido de aprofundar e atualizar a auditoria do ativo e passivo do Fundo Social de Emergência, no exercício fiscal de 1994.

O requerimento, relatado favoravelmente pelo senador Humberto Lucena (PMDB-PB), é de iniciativa do deputado federal Augusto Carvalho, que o encaminhou à Presidência do Senado.

Ciro e Quéricia vão depor sobre Banespa

O ex-ministro Ciro Gomes e o ex-governador Orestes Quéricia, de São Paulo, serão convidados pela CAE a depor na Comissão sobre a crise do Banespa. **Página 3**

Projeto aprovado ontem pelos senadores autoriza a União a repassar a administração de rodovias federais e de portos aos estados e municípios, pelo prazo de 25 anos, prorrogáveis por igual período. A proposta, que faz parte da política federal de descentralização administrativa e modernização iniciada pelo governo federal, permite ainda aos estados e municípios entregarem posteriormente as rodovias ou portos a grupos privados, pelo regime de concessão.

Senadores aprovam anistia para petroleiros

Mas alguns contestaram medida e outros advertiram que da próxima vez não vão aprovar perdão ao desrespeito à decisão da Justiça

O plenário do Senado aprovou, no final da tarde de ontem, projeto que concede anistia das multas impostas pelo Tribunal Superior do Trabalho aos sindicatos de petroleiros que se recusaram a encerrar a greve de maio do ano passado, mesmo depois que o movimento foi considerado abusivo.

Alguns dos senadores que votaram pela anistia advertiram que, da próxima vez, não vão aprovar o perdão. "Tenho certeza de que, se repetida uma greve dessas, virá imediatamente uma mudança para acabar com o direito de greve no serviço público", protestou José Fogaça.

AFRONTA

Na opinião de outro senador do PMDB, Gerson Camata (ES), a "anistia é uma afronta a uma parcela dos 150 milhões de brasileiros que enfrentaram filas para comprar gás no ano passado".

Camata e Antonio Carlos



José Eduardo Dutra

Magalhães (PFL-BA) entenderam que o Tribunal Superior do Trabalho não deveria ser contestado pelo Legislativo. Eduardo Suplicy (PT-SP), por sua vez, afirmou que a anistia não é uma afronta à decisão do TST.

MULTA

A multa imposta pelo TST foi de R\$ 100 mil por dia para cada sindicato de funcionários da Petrobrás. A conta total soma R\$ 35,7 milhões, por 31 dias de greve.

O senador José Eduardo

Dutra (PT-SE), relator do projeto, advertiu que "sem essa anistia, os sindicatos de petroleiros vão desaparecer". Ao seu ver, o patrimônio dos sindicatos de petroleiros não chega a pagar 10% da multa imposta pelo Tribunal.

APOIO

A anistia foi aprovada com o apoio de todos os partidos, mas recebeu votos contrários dos senadores Antonio Carlos Magalhães, Bello Parga (PFL-MA), Wilson Kleinübing (PFL-SC) e Waldeck Ornelas (PFL-BA).

Também fizeram críticas às greves dos petroleiros, Edison Lobão e Epitácio Cafeteira (PPB-MA). Roberto Requião (PMDB-PR) protestou contra a morosidade com que projeto parecido, de autoria de José Eduardo Dutra, vem tramitando no Senado.

O projeto será encaminhado à sanção do presidente da República.

Estados poderão administrar ou explorar portos e rodovias

Para o relator do projeto oriundo da Câmara, senador José Fogaça (PMDB-RS), a administração de rodovias federais e portos pelos estados e municípios, ou sua concessão a grupos privados (em troca da cobrança de pedágios ou taxas), baseia-se no princípio



Fogaça

de que esse caminho pode reduzir os investimentos oficiais nesses serviços, além de abrir espaços para redução de custos, principalmente no caso dos portos.

A matéria foi aprovada com emenda de autoria do senador Edison Lobão (PFL-MA), com texto pa-

recido com o de outra, do senador Ademir Andrade (PSB-PA), onde se afirma que a União destinará dinheiro para construção, conservação ou melhoramento de rodovias federais e portos cuja administração seja transferida aos estados. Os senadores manifestaram receio de que, depois de repassada a administração, o governo federal não destine mais verbas para esse fim. Por causa da emenda, o projeto ainda terá de ser submetido novamente aos deputados.

Novo Código de Trânsito será apreciado em comissão na terça

Relatório vai a exame de senadores depois de esclarecida dúvida sobre a tramitação da proposta na Câmara dos Deputados

O presidente em exercício da Comissão Especial do Código de Trânsito Brasileiro, senador Geraldo Melo (PSDB-RN) convocou reunião para terça-feira, destinada a apreciar o parecer do relator, senador Gilberto Miranda (PMDB-AM), que concluiu por oferecimento de substitutivo ao projeto de lei de iniciativa do Executivo e já aprovado pela Câmara dos Deputados.

Na última reunião da Comis-



Melo: dúvida já esclarecida

são Especial, o relator advertia para a necessidade de devolver-se o projeto à Câmara dos Deputados, por "existir erro insanável em sua tramitação naque-

la Casa do Congresso Nacional." Alegava Miranda que a proposição tinha sido votada terminativamente por comissão (sem passar pelo plenário).

Geraldo Melo esclareceu que o impasse já está superado. Em resposta a arguição, a Consultoria Jurídica do Senado concluiu pela impossibilidade de o Senado devolver a proposição à Câmara dos Deputados. A argumentação da Consultoria é de que a definição do que seja projeto de código não é consensual.

Requião quer mandar carta de prefeito a FHC



Requião

O senador Roberto Requião (PMDB-PR) pediu ontem que a Mesa do Senado envie ao presidente Fernando Henrique Cardoso uma carta

que ele recebeu do prefeito de Cafelândia, no interior do Paraná, Agénor Pasquali.

Na carta, o prefeito afirma que "Fernando Henrique Cardoso está enganando a nação e a si próprio, quando diz que o país está em crescimento e que não há recessão. Isto é tapar o sol com a peneira". O prefeito acrescenta que "é preciso entender o povo como nação, e jamais colocar planos acima da dignidade humana".

Requião informou que a carta do prefeito lhe foi entregue em seu gabinete, por um empresário de Cafelândia "que se dirigiu a Brasília para tentar resolver os seus problemas de financiamento e se propõe dar cabo à vida na frente do Palácio Presidencial, caso não consiga".

Suplicy destaca projeto sobre renda mínima

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) elogiou ontem o projeto do deputado Fernando Ferro que institui o Programa de Garantia de Renda Familiar Mínima para famílias de trabalhadores da agroindústria sucroalcooleira. Pela proposta, o Programa atenderá as famílias



Eduardo Suplicy

dos trabalhadores com filhos cuja renda familiar total seja inferior ao piso da categoria estabelecido em acordo coletivo de trabalho.

A condição exigida para a manutenção do benefício será a comprovação de matrícula e frequência regular das crianças até 14 anos à escola.

Tuma teme efeitos da reforma sobre o papel do policial

O senador Romeu Tuma (PSL-SP) afirmou ontem que está havendo uma "aflição na família policial", diante das alterações propostas pelo relator da reforma administrativa, deputado Moreira Franco, no tocante ao papel policial. Conforme Tuma, a questão é séria e o Senado não pode ficar alheio ao debate que está ocorrendo sobre o assunto.

Pela proposta do deputado, segundo o senador, o artigo 144 da

Constituição passaria a vigorar com outra redação, atribuindo à União a competência quanto à segurança pública, sem especificar qual órgão deverá exercê-la. Outro ponto questionado por Romeu Tuma é o inciso II do parágrafo 3º da proposta, segundo o qual as instituições policiais e de defesa civil poderão ser convocadas pelo Exército para a execução de ações que garantam a lei e a ordem,

Benedita sugere ações para desenvolver Rio

A senadora Benedita da Silva (PT-RJ) sugeriu ontem uma série de medidas para possibilitar o desenvolvimento integrado do estado do Rio de Janeiro, entre elas a adoção de uma política ativa de investimentos públicos e privados; um programa estadual de moradia popular; um programa de apoio e estímulo à micro, pequena e média empresa; e recuperação e saneamento do Banerj.

Receita ouve senadores e suspende o ITR

O lançamento da cobrança do ITR (Imposto Territorial Rural) em todo o país, que deveria ter sido feito ontem, foi suspenso pelo secretário da Receita Federal, Evarado Maciel, após audiência, terça-feira, em que recebeu os senadores Júlio Campos e Jonas Pinheiro, ambos do PFL de Mato Grosso. Os parlamentares apresentaram ao secretário documento elaborado por várias entidades mato-grossenses demonstrando que os novos valores do ITR estavam superestimados.

Aprovado piso salarial para psicólogo

A Comissão de Assuntos Sociais do Senado (CAS) aprovou ontem substitutivo a projeto de lei da Câmara dos Deputados fixando em R\$ 1.100,00 o piso salarial dos psicólogos. A CAS também aprovou a projeto de lei da Câmara estabelecendo que, nas operações de crédito rural, realizadas por bancos oficiais e privados, somente poderão ser liberados os recursos para compra de agrotóxicos através da apresentação de receita agrônoma.

Agenda do Dia

PLENÁRIO

9h - Sessão Não Deliberativa do Senado

Rocha apóia movimento estudantil

O senador Sebastião Rocha (PDT-AP) solidarizou-se ontem com o Dia Nacional de Luta dos Estudantes, lembrando a passeata realizada pela categoria, dia 28 de março de 1964, no Rio de Janeiro, que resultou na morte do estudante Edson Luís.

Rocha afirmou que Edson Luís foi mais uma vítima da ditadura militar, que "matou, torturou e asilou tantos brasileiros, dentre eles o próprio presidente Fernando Henrique Cardoso".

Sebastião Rocha citou o "ato de violência" da Polícia Militar do Distrito Federal, ocorrido quarta-feira durante uma passeata na Esplanada dos Ministérios, e disse que por pouco não se repetiu o ocorrido há 32 anos.

O senador informou que, juntamente com um grupo de deputados federais, esteve com o governador Cristovam Buarque, que já havia determinado as providências para punir os responsáveis. Rocha considerou que a sociedade já fez sua opção pela democracia.

Dutra: bancada do PT cresce na Câmara

O líder do PT, senador José Eduardo Dutra (SE), comunicou ontem que a bancada do seu partido na Câmara passou a ser composta de 50 deputados, com a posse de Haroldo Sabóia (PT-MA), que assumiu o mandato pelo estado do Maranhão, em decorrência de recontagem de votos.

Conforme o senador, o fato demonstra a necessidade da imediata implantação do sistema de informatização no processo eleitoral do país, a fim de dar maior transparência e mais rapidez na apuração das eleições.

Ciro e Quércia são chamados a depor sobre o Banespa

Ex-governador Fleury acusa ex-ministro de planejar a intervenção no banco paulista

O presidente da Comissão de Assuntos Econômicos do Senado, Gilberto Miranda (PMDB-AM), determinou ontem que o ex-ministro Ciro Gomes e o ex-governador de São Paulo Orestes Quércia sejam convidados a depor na comissão sobre a crise do Banco do Estado de São Paulo (Banespa).

A medida atende solicitações dos senadores Jefferson Peres (PSDB-AM) e Pedro Simon (PMDB-RS), apresentadas após o depoimento do ex-governador de São Paulo Luiz Antonio Fleury Filho.

Em seu depoimento na CAE, Fleury Filho acusou formalmente o ex-ministro Ciro Gomes de ter premeditado, planejado e comandado o processo de intervenção no Banespa, desenvolvendo entre setembro e dezembro de 1994 um conjunto de manobras para asfixiar a capacidade do banco em continuar rolando suas dívidas.

A CAE começou ontem a ouvir o depoimento do representante da auditoria KPMG, Marco Aurélio Maciel, que foi interrompido e será retomado no próximo dia 9.

Supremo vai decidir sobre CPI

O senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) comunicou ao plenário que ingressou ontem com um mandado de segurança no Supremo Tri-



Valadares

bunal Federal (STF) "para que possa ser instalada definitivamente a CPI do sistema financeiro". Autor do requerimento de criação da CPI, Valadares informou que a ação foi subscrita por 17 senadores. O mesmo registro foi feito também pelo líder do PT, senador José Eduardo Dutra (SE).

Júnia: PDT assinou o mandado

A senadora Júnia Marise (MG) anunciou que mediante sua assinatura e as dos senadores Sebastião Rocha (AP) e Darcy Ribeiro (RJ), o PDT subscreveu o mandado de segurança impetrado ontem no Supremo Tribunal Federal contra a decisão do plenário que inviabilizou a CPI do Sistema Financeiro.

Segundo a senadora, o governo quis impedir a comissão porque "milhões e milhões de reais foram destinados para pagar fraudes e rombos".



Júnia Marise

Sindicalistas apóiam a comissão

A atitude do presidente do Senado, José Sarney, no episódio da CPI dos Bancos, recebeu ontem o apoio dos representantes de oito entidades nacionais de trabalhadores, que ressaltaram o fato de que recentes levantamentos di-

vulgados pelos jornais demonstram que a opinião pública aprovou a CPI.

Os sindicalistas convidaram Sarney para a instalação Encontro Nacional de Dirigentes Sindicais, na próxima quarta-feira.



Valmir Campelo

Valmir defende capitalização do Banco do Brasil

Ao afirmar que os prejuízos do Banco do Brasil não decorrem de fraude, mas de inadimplência de devedores e de fatores estruturais, o senador Valmir Campelo (PTB-DF) defendeu a iniciativa governamental de investir R\$ 8 bilhões para capitalizar a instituição. Ele parabenizou o presidente do Banco, Paulo César Ximenes, e toda a diretoria da entidade "pela coragem de tirar a maquiagem dos balanços da instituição e por adotar medidas arrojadas rumo a resultados positivos".

O senador também justificou esse aporte de recursos lembrando a necessidade de ajuste por que passa todo o sistema financeiro nacional desde a eliminação de sua principal fonte de lucros: os ganhos com a inflação.

Fogaça preside comissão que examinará MP

Ao senador José Fogaça (PMDB-RS) foi eleito presidente da Comissão Mista do Congresso destinada a examinar e emitir parecer sobre a medida provisória que trata da emissão de Notas do Tesouro Nacional destinadas a aumento de capital do Banco do Brasil.

A Comissão Mista, instalada na manhã de ontem, deve apresentar o parecer até o dia 4 de abril. Ela tem como vice-presidente e relator, respectivamente, os deputados Anivaldo Vale e Lima Neto. O prazo para o Congresso se pronunciar sobre a MP termina no dia 19 de abril.

Hollanda garante que é hora de rever o "custo Brasil"

Senador defende união de governo, empresários e Congresso para fazer o país vencer o desafio da competitividade em seus produtos

O senador Joel de Hollanda (PFL-PE) afirmou ontem que a reforma constitucional em tramitação no Congresso Nacional representa o momento ideal para a revisão do chamado "custo Brasil", uma das amarras ao desenvolvimento do país.



Hollanda

Hollanda afirmou que o excesso de regulamentações, somado à ineficiência governamental, dificulta a competitividade dos produtos brasileiros com seus concorrentes externos.

O senador entende que o "custo Brasil" não se res-

tringe aos encargos trabalhistas e sociais. "Existem componentes outros na área fiscal, no que concerne à regulamentação, no que tange à infra-estrutura, à educação e à saúde", disse Hollanda ao defender um esforço conjunto de governo, empresários e Congresso para resolver o problema.

Para Ademir Andrade, reduzir direitos não é a solução

O senador Ademir Andrade (PSB-PA) disse ontem que é "radicalmente contrário" ao anteprojeto do governo federal que altera a legislação trabalhista, estendendo a duração do contrato temporário para até dois anos.

Segundo o senador, a proposta elaborada pelo Ministério do Trabalho prevê também limitação em 120 horas anuais para

o serviço extraordinário e reduz em 90% os encargos sociais destinados a instituições como Sebrae, Sesi e Senai, responsáveis pela formação e treinamento de mão-de-obra.

Ademir Andrade disse que só entende a redução de postos de trabalho no país como decorrência da falta de justiça e da má distribuição de renda, e recomendou a implantação da

reforma agrária. Para ele, países com potencial inferior ao Brasil têm conseguido manter níveis aceitáveis de emprego.

Na sua opinião, apenas a Força Sindical acredita na possibilidade de geração de empregos com a redução dos encargos atualmente bancados pelos empresários, o que, segundo entende, implicaria restrição aos direitos trabalhistas.

Suassuna elogia ação de Calheiros na Comissão

O senador Ney Suassuna (PMDB-PB) elogiou ontem os trabalhos da Comissão de Orçamento, afirmando que tradicionalmente essa comissão recebe somente críticas.

Suassuna admitiu ter-se equivocado ao afirmar que todas as suas emendas individuais ao Orçamento de 96 tinham sido rejeitadas. Ele disse que o senador Renan Calheiros (PMDB-AL), presidente da Comissão Mista de Orçamento, mostrou-lhe documentalmente o engano.

Coutinho critica metodologia usada na votação do Orçamento

O senador Coutinho Jorge (PSDB-PA) criticou ontem a metodologia utilizada na votação do orçamento, afirmando que, para qualquer país do mundo, esta matéria representa uma das mais sérias preocupações, enquanto no Brasil "faltam condições técnicas, políticas e metodológicas para examiná-lo".

Coutinho reconheceu que o relator-geral do orçamento deste ano, deputado Iberê Ferrei-

ra, "conseguiu dentro do possível fazer correções nos relatórios setoriais". Em aparte, ele foi contestado pelo presidente da Comissão Mista de Orçamento, senador Renan Calheiros, o qual sustentou que "lá na comissão não aconteceu nada de lastimável".

Coutinho Jorge apelou à Mesa do Senado para que o Orçamento de 1997 seja analisado dentro de condições mais eficazes.

Anistia para quem não votou em 92 e 94

A multa aplicada a quem deixou de votar nas eleições de 3 de outubro e 15 de novembro de 92 e 94 poderá ser anistiada, conforme projeto aprovado ontem pelo Senado. A proposição, originária da Câmara dos Deputados, retornará àquela Casa, porque os senadores não concordaram com a anistia concedida aos mesários que deixaram de atender à convocação da Justiça Eleitoral.

Na mesma sessão, os senadores aprovaram projeto que determina à União, aos estados e às prefeituras que desapropriem áreas, por necessidade ou utilidade pública, o reassentamento das famílias em outros locais, independente das indenizações pagas. O projeto irá à sanção presidencial.

Outro projeto aprovado pelo Senado estabelece que o Executivo enviará ao Congresso, até 30 de outubro do ano em que se realizar a posse do presidente da República, os planos nacionais e regionais de desenvolvimento econômico e social, como prevê a Constituição em seu artigo 21.

CRE aprova indicação de três embaixadores

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado (CRE) aprovou ontem mensagens presidenciais indicando três diplomatas para exercerem os cargos de embaixador do Brasil em São Cristóvão e Nevis, no Catar e em Uganda.

A CRE aprovou também texto de convenção e acordo assinado pelo Brasil com outros países.

MESA DIRETORA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney ■ 1º Vice-Presidente: Teotônio Vilela Filho

2º Vice-Presidente: Júlio Campos ■ 1º Secretário: Odacir Soares

2º Secretário: Renan Calheiros ■ 3º Secretário: Levy Dias

4º Secretário: Ernandes Amorim ■ Suplentes de Secretário: Antonio Carlos Valadares ■ Eduardo Suplicy ■ Luiz Alberto de Oliveira ■ Ney Suassuna

■ Diretor-Geral do Senado: Agacieli da Silva Maia ■ Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva

Jornal do Senado

Órgão de divulgação da Secretaria de Comunicação do Senado Federal

Diretor da Secretaria de Comunicação Social - Fernando César Mesquita

Diretor da Subsecretaria de Divulgação - Helival Rios ■ Coordenador de

Jornalismo - Flávio de Mattos ■ Chefe do Serviço de Imprensa - José do Carmo Andrade

■ Editores - Djalma Lima e Domingos Mourão Neto

Diagramação - Sérgio Silva e Wesley Carvalho ■ Fotos - Célio Azevedo, Márcia Kalume

e Adão Nascimento ■ Revisão: Maria das Graças Aureliano ■ Veja no Diário do Senado a íntegra dos projetos e pronunciamentos citados.

Impresso no Centro Gráfico do Senado Federal